

## **Canal de denúncias interno**

### **Política de Privacidade**

O Canal de Denúncias Interno da SPMS (doravante apenas “Canal de Denúncias”) constitui um meio de comunicação seguro que possibilita a denúncia de infrações, com fundamento em informações obtidas no contexto da sua atividade profissional.

O seus dados pessoais e a sua segurança são tratados em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016), bem como com a respetiva Lei de Execução Nacional (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto), com o Decreto-lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que estabelece Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e com a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações.

A SPMS, E.P.E. dá-lhe a conhecer a sua política de privacidade, destinada a informar os titulares de dados pessoais e a esclarecer a forma como são recolhidos e utilizados os seus dados pessoais no âmbito do Canal de Denúncias.

Para possibilitar uma adequada análise da denúncia, deve a mesma:

- Ser apresentada de forma objetiva e detalhada;
- Descrever os factos;
- Indicar as datas ou o período abrangido;
- Indicar o local ou locais onde ocorreram os factos;
- Pessoa ou pessoas envolvidas;
- Se possível, juntar elementos de prova.

O recurso ao Canal de denúncias, bem como o preenchimento de quaisquer formulários e o fornecimento direto ou indireto de dados, implica o conhecimento das condições definidas na presente política.

#### **1. Responsável pelo tratamento de dados pessoais**

A SPMS, E.P.E. é a entidade responsável pelo tratamento de dados pessoais efetuado no âmbito do Canal de Denúncias, definindo os dados recolhidos, os meios de tratamento e as finalidades para as quais os referidos dados serão tratados.

Enquanto responsável pelo tratamento, a SPMS, E.P.E.:



- Assegura que o tratamento dos seus dados pessoais é efetuado apenas no âmbito das finalidades para as quais os mesmos foram recolhidos;
- Recolhe, utiliza e conserva apenas dados adequados, pertinentes e limitados relativamente às finalidades para os quais são tratados;

Não procede a qualquer transmissão de dados para fins comerciais ou de publicidade.

## **2. Encarregado de Proteção de Dados**

A SPMS, E.P.E. designou um encarregado de proteção de dados.

O encarregado de proteção de dados da SPMS, E.P.E. pode ser contactado para o esclarecimento de quaisquer dúvidas em matéria de proteção de dados ou para apresentação de reclamações, através do seguinte endereço de correio eletrónico: [dpo@spms.min-saude.pt](mailto:dpo@spms.min-saude.pt)

Sem prejuízo das reclamações apresentadas junto do encarregado de proteção de dados, o titular dos dados poderá ainda apresentar as suas reclamações junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

## **3. Dados pessoais, titulares, categorias e forma de recolha**

### **3.1. Dados pessoais**

Nos termos da legislação aplicável, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relativa a uma pessoa singular, identificada ou identificável. É considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador. São exemplos de identificadores: um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular.

Determinados dados pessoais revestem uma natureza especialmente sensível, sendo classificados pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD)<sup>1</sup> como “categorias especiais de dados”. Consideram-se categorias especiais de dados pessoais, os dados que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas ou a filiação sindical, bem como o tratamento de dados genéticos, dados biométricos para identificar uma pessoa de forma inequívoca, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa.

### 3.2. Titulares de dados pessoais

Os titulares de dados pessoais são as pessoas singulares a quem os dados pessoais dizem respeito e que denunciem uma infração com fundamento em informações obtidas no âmbito da sua atividade profissional através do Canal de Denúncias (doravante apenas “Denunciante”).

São considerados denunciantes:

- Os colaboradores ou membros de órgão estatutário;
- Fornecedores de bens ou prestadores de serviços da SPMS, E.P.E.;
- Estagiários, remunerados ou não.

### 3.3. Categorias de dados pessoais tratados

No âmbito do Canal de Denúncias, podem ser recolhidos os seguintes dados pessoais:

CATEGORIAS DE DADOS TRATADOS	TIPO DE DADOS TRATADOS
Dados identificativos	Nome;
Dados de Contacto	Contacto telefónico e email;
Dados Profissionais	Colaborador/a ou membro de órgão estatutário, fornecedor de bens ou prestador de serviços da SPMS.

### 3.4. Momento e forma de recolha de dados

Os dados pessoais podem ser recolhidos diretamente junto do Denunciante, aquando do preenchimento do formulário no Canal de Denúncias, o qual será direcionado para o correio eletrónico [irregularidades@spms.min-saude.pt](mailto:irregularidades@spms.min-saude.pt) ou através da submissão de denúncia por via postal, para a seguinte morada:

SPMS- Serviços partilhados do Ministério da Saúde Av. da República, n.º 61, 1050-189 Lisboa.

## 4. Finalidades e fundamento jurídico do tratamento de dados pessoais

No âmbito do Canal de Denúncias, os dados pessoais recolhidos pela SPMS, E.P.E. são tratados tendo como fundamento jurídico o cumprimento de obrigações jurídicas decorrentes da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações, para efeito das finalidades de receção, gestão e resolução de denúncias de infrações que sejam contrárias a regras constantes dos atos da União Europeia (referidos no anexo da Diretiva (EU) 2019/1937), a normas nacionais que executem, transponham ou deem

cumprimento a tais atos ou a quaisquer outras normas constantes de atos legislativos de execução ou transposição dos mesmos, incluindo as que prevejam crimes ou contraordenações, referente são domínios previstos no artigo 2.º, n.º1, alínea a) da referida Lei n.º 93/2021.

#### **5. Prazo de conservação dos dados pessoais**

Os dados pessoais dos denunciantes são tratados em observância da legislação aplicável, sendo armazenados, nos termos da lei, em bases de dados especificamente criadas para o efeito, pelo prazo legal de cinco anos e, independentemente desse prazo, durante a pendência de processos judiciais ou administrativos referentes à denúncia.

Sem prejuízo do prazo atrás indicado, os dados pessoais que manifestamente não forem relevantes para o tratamento da denúncia não são conservados, sendo imediatamente apagados.

#### **6. Tratamento dos dados em regime de subcontratação**

Na eventualidade da SPMS, E.P.E. recorrer a subcontratantes que tratem os dados pessoais por sua conta e em seu nome (fornecedores e/ou prestadores de serviços), estes apenas o farão mediante instruções documentadas da SPMS, assegurando ainda que os seus colaboradores que tratem os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade.

Em qualquer das situações supra identificadas, a SPMS, E.P.E. compromete-se a tomar as medidas necessárias e razoáveis para garantir a proteção dos dados pessoais em questão, nomeadamente:

- recorrendo apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas e
- celebrando com esse(s) subcontratantes um contrato que o(s) vincule à SPMS enquanto responsável pelo tratamento e que estabeleça, entre outras, o objeto e a duração do tratamento, a natureza e finalidade do tratamento, o tipo de dados pessoais e as categorias dos titulares dos dados, e as obrigações e direitos do responsável pelo tratamento.

#### **7. Destinatários**

A SPMS, E.P.E. poderá transmitir alguns dos seus dados pessoais às Autoridades Competentes, por imposição legal e/ou judicial.

## **8. Direitos dos titulares dos dados pessoais**

A SPMS, E.P.E. garante o respeito pelos direitos dos titulares de dados pessoais, nos termos e com os limites previstos no RGPD.

Em conformidade com a referida legislação, o titular dos dados poderá exercer os seus direitos de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação de tratamento, portabilidade dos dados pessoais e o direito de pedir indemnização e responsabilidade, através do endereço de correio eletrónico [dpo@spms.min-saude.pt](mailto:dpo@spms.min-saude.pt).

Assiste-lhe, também, o direito de apresentar reclamação à entidade de controlo, em Portugal a CNPD-Comissão Nacional de Proteção de Dados ([www.cnpd.pt](http://www.cnpd.pt)).

Responderemos aos seus pedidos a respeito do tratamento com brevidade e de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, e até um prazo de 30 dias de calendário (podrá ascender a 60 dias em caso de complexidade ou em função do número de pedidos).

## **9. Medidas de segurança**

A SPMS, E.P.E. está empenhada em assegurar a confidencialidade e segurança dos dados pessoais dos Denunciantes. Para o efeito, a SPMS, E.P.E. implementou as medidas técnicas e organizativas, que revê periodicamente e que são adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, visando impedir-se a sua perda, alteração e uso indevido, impedindo-se o acesso de pessoas não autorizadas (perfis de acesso definidos)

## **10. Comunicação dos dados**

A comunicação de dados pessoais não é uma obrigação legal ou contratual, nem um requisito necessário para celebrar um contrato, não estando o titular obrigado a fornecer os dados pessoais, podendo a denúncia ser anónima.

Caso o denunciante/titular de dados não forneça os dados pessoais, preferindo efetuar uma denúncia anónima tal terá como consequência o facto de a SPMS não poder notificar o denunciante/titular de dado, no prazo de sete dias, da receção da denúncia e informá-lo, de forma clara e acessível, dos requisitos, autoridades competentes e forma e admissibilidade da denúncia externa, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º e dos artigos 12.º e 14.º da Lei 93/2021 de 20 de dezembro.

### **11. Transferências dos dados**

Como princípio, os seus dados não serão transferidos para países externos ao Espaço Económico Europeu.

Caso essa transferência venha a ter lugar, cumpriremos as disposições legais aplicáveis e determinaremos a adequabilidade do país ou organização em causa, no que concerne aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

Em particular, serão acauteladas as questões da segurança ao nível da transmissão dos dados, a salvaguarda do exercício de direitos dos titulares, e se os terceiros respeitam a confidencialidade dos dados recebidos.

### **12. Contactos do Responsável pelo Tratamento**

Morada: SPMS - Serviços partilhados do Ministério da Saúde, Av. da República, n.º 61, 1050-189 Lisboa.

Email: [geral@spms.min-saude.pt](mailto:geral@spms.min-saude.pt)

### **13. Atualização da política de privacidade**

A presente política de privacidade, cuja leitura atenta se recomenda, pode ser alterada ou atualizada a qualquer momento.

As referidas alterações ou atualizações serão publicadas pela SPMS, E.P.E. no Canal de Denúncias, com expressa menção da data de atualização

### **14. Versão**

Versão 1, junho 2023